

GLOBALIZAÇÃO E NOVAS CONDIÇÕES PARA O GOVERNO NEOLIBERAL DO TERRITÓRIO: PRELÚDIO À NOVA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER LOCAL PORTUGUÊS

GLOBALIZATION AND NEW CONDITIONS FOR THE NEOLIBERAL GOVERNMENT OF TERRITORY: PRELUDE TO THE NEW REFORM OF PORTUGUESE LOCAL ADMINISTRATION

Luís MENDES¹

RESUMO

Procuraremos levar a cabo uma análise crítica da nova reforma do poder local português implementada pelo vigente governo, produzindo para o efeito a génese da escola neoliberal no governo do território e como esta informa ideologicamente o reordenamento territorial português, marcado pela desregulação e por uma administração territorial orientada por um modelo gestor. Este, importado do conceito de gestão estratégica do meio empresarial, ao invés de fomentar mecanismos de autonomia e descentralização regional, como defende o discurso oficial, tem como principais objetivos manter os níveis de rentabilidade dos serviços públicos, sob o pretexto de contenção da despesa pública do Estado Social. Neste primeiro artigo, através de uma revisão da literatura nacional e internacional, visamos apresentar um contexto geral de como a globalização e a competitividade territorial têm vindo a colocar desafios à administração do território.

Palavras-chave: Reforma administrativa. Poder local. Neoliberalismo.

ABSTRACT

We will seek to carry out a critical analysis of the new reform of Portuguese local government implemented by the current government, yielding to the effect the genesis of neoliberal government school and how this informs the ideologically Portuguese territorial reorganization, marked by deregulation and a territorial administration guided by a managerial model. This, imported the concept of strategic management from the business community, instead of fomenting decentralization and regional autonomy mechanisms, as the official discourse defends, has as main objectives to maintain profit levels of public services under the guise of curbing public spending on the welfare state. In this first paper, through a review of national and international literature, we aim to provide a general context of how globalization and local competitiveness have been putting challenges to the administration of the territory.

Keywords: Administrative reform. Local government. Neoliberalism.

¹ Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Edifício da Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa.
Telef: (+351) 21 044 29 54
Fax: (+351) 21 796 00 63
E-mail: luis.mendes@ceg.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da ciência política, a última década do panorama académico tem sido profícua em produzir inúmeros trabalhos que com maior veemência afirmam a ideia de que a modernização da administração pública portuguesa é urgente, nomeadamente a do poder local e autárquico. Conceitos estruturantes como os de descentralização, cidadania participativa, subsidiariedade, autonomia, localismo, a teoria da escolha pública, o managerialismo (o *new public management*), entre outros, constroem um quadro conceptual vasto que pugna por uma nova cultura de gestão dos serviços públicos e coloca a tónica na necessidade de inovação, eficiência e produtividade nos serviços coletivos em geral.

No essencial, estes novos movimentos de reforma e modernização centram a sua atenção na incapacidade do Estado gerir, por si só, setores económicos inteiros, pelo fraco dinamismo na resposta às reais necessidades do utente-consumidor-cidadão, pela ausência de efetivas economias de escala de controlo dos custos e dos dinheiros públicos e pela entropia face à evolução tecnológica e social. De acordo com esta escola de pensamento neoliberal, o que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade, de preferência em articulação com o setor privado e com o mercado. Aumentar a qualidade e reduzir os custos é o princípio capital destas novas posturas teóricas, que fomentam fortemente os processos de inovação na cultura do setor da administração pública. Ou seja, pede-se hoje às Autarquias que prestem um serviço de melhor qualidade a menor custo (Bilhim, 2004; Mota, 2005; Francisco, 2007; Marques, 2012; Madeira, 2011; Rodrigues, 2011; Baixinho, 2014).

É neste contexto que surge a reforma administrativa do poder local no âmbito do Programa do XIX Governo Constitucional Português, vigente desde Junho de 2011, com o objetivo de alegadamente melhorar a gestão do território e a prestação de serviço público aos cidadãos. A preconizada mudança do atual modelo autárquico visa uma reforma da gestão, da política e do território e pretende propiciar uma administração mais eficaz e eficiente com a consequente racionalização dos recursos públicos. A reforma em causa assenta em quatro vetores estratégicos: a descentralização e a reforma administrativa, o aprofundamento do municipalismo, o reforço do associativismo municipal e a promoção da coesão e competitividade territorial através do poder local. Tem como eixos estruturantes: o setor empresarial local, a organização do território, a gestão municipal, intermunicipal e financiamento e a democracia local. Ao nível da administração do território (2º eixo estruturante desta reforma que nos interessa neste artigo), previa-se uma reorganização do mapa dos municípios e das freguesias em Portugal (unidades territoriais básicas do poder democrático autónomo, mais próximas do cidadão), com inúmeras agregações, reagrupamentos e extinções.

Neste artigo procuraremos levar a cabo uma análise crítica da nova reforma do poder local português implementada pelo vigente governo, produzindo para o efeito uma arqueologia da escola neoliberal no governo do território e como esta suporta a ideologia subjacente a todo o reordenamento do figurino territorial português, marcado pela desregulação e por uma administração territorial orientada por um modelo gestor. Este, importado do conceito de gestão estratégica do meio empresarial, ao invés de fomentar mecanismos de autonomia e descentralização regional, como defende o discurso oficial, tem como principais objetivos manter os níveis de rentabilidade dos serviços públicos e a acumulação capitalista, sob o pretexto de contenção da despesa pública do Estado Social através de uma bateria de engenharias e técnicas financeiras.

Com vista a não sobrecarregar o texto, já de si extenso, foi propositada a ausência de exclusiva discussão de muitos aspectos teóricos que dão corpo às explicações que, durante as últimas décadas, têm surgido para interpretar o desenvolvimento da reorganização territorial à escala regional em contextos de neoliberalização do espaço. Aliás, uma vez que este processo se encontra amplamente documentado na bibliografia dedicada aos estudos urbanos regionais recentes, embora também francamente disperso, afigura-se desnecessário repetir essa informação, até porque não é esse o objetivo do presente texto. Limitou-se a análise a algumas referências breves de enquadramento teórico, sempre que a exemplificação do caso concreto a isso obrigasse. Deste modo, não reservámos uma parte do texto à abordagem teórica e outra à ilustração empírica. Neste artigo, elas serão abordadas de forma integrada de modo a facilitar a leitura do fenómeno. Portanto, as questões teóricas serão constantemente intercaladas e ilustradas com o caso empírico estudado.

Todavia, o texto que apresentamos, e que configura a primeira parte de um conjunto de outros artigos que em seguida publicaremos para lhe dar seguimento, corresponde tão e somente a um mero ensaio teórico, problematizador e exploratório do contexto teórico desta temática, reconhecendo que carece de referência a casos empíricos concretos. Seguindo uma metodologia hipotético-dedutiva, a construção deste ensaio parte de postulados ou conceitos já estabelecidos na literatura consultada, através de um trabalho lógico de relação de hipóteses, que configura, a nosso ver, e embora desprovido de trabalho empírico nesta primeira parte, uma possível perspectiva de interpretação dos fenómenos em estudo.

2. GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE TERRITORIAL: NOVAS CONDIÇÕES E DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

No quadro do que diversos autores designam por compressão espaço-tempo, por via das significativas melhorias nos modos de comunicação e nos transportes, da introdução de novas

tecnologias que contribuem para a criação de novas estruturas de relação espaço-tempo (Harvey, 1989; Waters, 1995), esboça-se uma condição de território qualitativamente nova que acompanha e sustenta os processos de globalização e aumenta fortemente as ligações de competitividade inter-regional.

A flexibilização e volatilidade do território no quadro da reestruturação económica e emergência de novas modalidades de organização espacial do trabalho e da produção, afetas ao fenómeno da globalização, obrigam a repensar as formas de gerir e administrar o território. A descentralização de responsabilidades e dos problemas do poder central para o poder local pode garantir níveis mais elevados de eficácia administrativa.

Os territórios estão hoje sujeitos a um processo constante de avaliação e hierarquização. A imposição de cenários de competição global entre os lugares e regiões não só os tem levado a adotar estilos empresariais de governação, como também tem incrementado a pressão para a mediatização das políticas territoriais, e nestas últimas, tem-se salientado o pendor das campanhas de marketing. Esta nova dinâmica é marcada por uma globalização económica e cultural e pelo desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes, que conduz a alterações significativas no cenário de fluxos de indivíduos, capitais, investimentos e informação.

Deste modo, os territórios passam a enfrentar novos desafios, o seu campo concorrencial sofre uma mudança de escala (de regional e nacional, passa para transnacional) e o seu futuro passa a depender directamente da capacidade de captação daqueles fluxos, sempre sob o signo da reestruturação económica global e das pressões da competição inter-regional. É, assim, nesta óptica de uma reconfiguração de estratégias face à procura de públicos e capitais privados e suas expectativas face ao território que deve ser lido a aposta que tem vindo a ser feita em todos os países de capitalismo mais avançado de uma administração, gestão e políticas de territórios mais eficientes.

Com a globalização e a integração dos grandes espaços geoeconómicos, as regiões tendem a reforçar o seu papel e a acentuar o seu protagonismo. Com a redução de poderes e funcionalidades do Estado Central, o enfraquecimento da sua representatividade e a diluição das especificidades nacionais, as regiões tendem a reforçar-se como espaços e instituições de representação e integração social, tornando-se parceiros essenciais na criação de condições para a competitividade económica e empresarial (Fonseca Ferreira, 2005).

Neste novo contexto, a velocidade é um elemento essencial, capaz de alterar e se impor não só no aspeto técnico-produtivo como também na transformação das relações de poder entre os diferentes territórios. Saem vencedores aqueles territórios que conseguem gerir da melhor forma a mudança e a inovação, doravante constantes e que privilegiam, de forma seletiva, apenas alguns espaços

estratégicos, onde se polarizam as melhores condições de competitividade internacional (a nível nacional, referimo-nos, por exemplo, às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto).

A ideia é a de que o efeito conjugado das tendências recentes da globalização e dos processos de reestruturação económica, de desregulação dos mercados, de transição para uma economia dos serviços cada vez mais elaborada e competitiva, de uma crescente mobilidade geográfica da informação, investimento, capital, mão-de-obra e equipamentos, decorrente das melhorias significativas ao nível dos sectores dos transportes e telecomunicações mas também das pressões de uma economia global cada vez mais financeirizada; tem produzido uma substancial tendência espacial, a nível nacional, para a polarização dos recursos estratégicos em torno dos grandes espaços metropolitanos do país.

Torna, igualmente, necessário superar a ideia de que o desenvolvimento é um processo que se desenrola de forma homogénea no conjunto da totalidade do território nacional. O processo territorial de desenvolvimento exige sempre a existência de desigualdades no que toca à distribuição dos recursos, aos diferentes níveis de interacção entre o território e à capacidade destes gerirem a mobilidade de bens e factores (Smith, 1984).

Logo, os recursos estratégicos para o desenvolvimento tenderão a concentrar-se, principalmente, em torno das áreas metropolitanas. É evidente que as cidades sempre desempenharam este tipo de papel ao longo da história da humanidade, porém, a mudança é cada vez mais rápida e os lugares estratégicos de decisão e comando são cada vez mais restritos (Castells, 1985; Sassen, 1991; Corrêa, 1997; Spósito, 1998; Santos, 2000). É, com efeito, neste quadro de reforço da competição entre territórios que se colocam à administração dos mesmos novas exigências e novas formas de actuação que se baseiem num conhecimento consistente do território e dos processos, dinâmicas e tendências de sua transformação, assim como das condições e meios institucionais, técnicos e políticos para intervir nessas transformações.

Embora contribuam para uma homogeneidade e uniformização dos espaços, as estratégias da globalização exploram as vantagens comparativas dos lugares, tendo como efeito o agravamento das disparidades. Pequenas “nuances” diferenciadoras em termos de salários, de qualificações, de nível de consumo, de serviços disponíveis, são valorizadas e potencializadas nas escolhas para localização de tal ou tal investimento. Portanto, o processo aparentemente homogeneizador da globalização pressupõe que existem diferenças que, por sua vez, saem reforçadas devido àquelas escolhas, o que acentua os desequilíbrios e desigualdades territoriais. A maior mobilidade dos investimentos acentua a competição entre os lugares que procuram oferecer condições favoráveis à sua captação.

A nível regional de Portugal, a globalização introduziu duas grandes alterações: (i) – fez emergir um conjunto de territórios especialmente dinâmicos por aí se concentrarem atividades

baseadas no conhecimento, ao mesmo tempo que nessas regiões se concentra o desenvolvimento e a inovação nos serviços que contribuem para reforçar a competitividade das empresas e para a qualificação dos recursos humanos; (ii) – desarticulação ao nível do tipo de ligações que existiam entre as várias regiões, potencializando o subdesenvolvimento regional e agravando as dicotomias entre os espaços regionais-motores (aqueles que se destacam pela sua especialização funcional e atração em/a atividades dinâmicas) e os espaços regionais-problema (aqueles que se encontram em perda de população residente e de atividades – despovoamento, e cujo processo de desenvolvimento se encontra comprometido).

Quer nos aspectos mais favoráveis, quer nos mais comprometedores para as sub-regiões portuguesas, este conjunto de mudanças, que se traduzem em novas realidades territoriais emergentes, acabam por constituir um imperativo mais que evidente para a revisão das condições de administração do território, entre as quais se destaca a legitimidade democrática que se exige do nível intermunicipal e da reorganização geoinstitucional do mapa da administração local portuguesa. Colocam desafios em geral ao papel da administração pública e em particular à governabilidade do território, no que concerne à compatibilização de políticas, fomento de parcerias e criação de instrumentos de planeamento e gestão mais pró-ativos, eficientes e produtivos, conceitos emprestados do paradigma neoliberal e aplicados, doravante, no ordenamento do território.

O progressivo reconhecimento deste contexto problemático compele as autarquias a repensar o sistema de planeamento do território administrado no sentido de adotar formas de gestão mais ativas e pragmáticas, ajustadas ao desenho da realidade local, e que lhes permitam assumir, com maior protagonismo, a liderança da resposta aos desafios que se colocam à sua capacidade competitiva local, no que diz respeito, por exemplo, à captação de investimento.

As condições de produção do território regional que emergem há trinta anos têm confrontado os diversos governos do território com a necessidade de repensar as modalidades com que este é administrado. Surgem novos conceitos no planeamento regional que permitem desenvolver novas articulações e introduzir mecanismos de inovação na relação entre administração pública e gestão do território, bem como configurar novas formas de relação entre a administração pública e a “sociedade civil” no governo do território. A atuação da Administração tem vindo a evoluir de uma atitude normativa e regulamentadora para um novo modelo mais estratégico e flexível (Borja e Castells, 1997).

3. O FORDISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL: A AMEAÇA FANTASMA DA CRISE DO ESTADO

Nos anos 60 e 70 do século XX, a expansão e consolidação do Estado-Providência deram-se no sentido da diversificação da oferta estatal de bens e serviços sociais e da elevação do valor dos

benefícios e da qualidade da oferta. A persistência da desigualdade e a emergência de novas procuras parecem ter sido em larga medida contra-atacadas pela consolidação e expansão dos direitos sociais, tendo sido esta a época da discriminação positiva, dos programas de combate à pobreza, da melhoria dos serviços sociais e do fomento do valor dos benefícios e transferências, bem como uma atenção especial à infra-estruturação dos territórios, sobretudo dos mais desfavorecidos.

A nível regional, a infra-estruturação do território que constituía uma prioridade de vários governos desde a promulgação da democracia em Portugal em Abril de 1974, teve nos 20 anos seguintes, já com a integração do país na Comunidade Económica Europeia (CEE), que hoje configura a União Europeia (UE), um avanço muito significativo. Uma parte significativa dessas transformações só foi possível com os apoios dos fundos comunitários e em particular do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A maior parte desses apoios foi feita no contexto dos instrumentos de planeamento e de programação definidos pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros. No caso português sobressaem os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) (Gaspar, 2010).

Relativamente ao pacto fordista e ao *welfare state*, o fordismo representou indiscutivelmente algo mais do que um modelo de desenvolvimento económico. Na verdade, a natureza desse modelo favoreceu a emergência de um conjunto bem definido de atores sociais e reuniu as condições para a criação de esquemas típicos de regulação das relações entre eles. A partir dos anos 40 do século XX, o Estado tornou-se num protagonista importante na intervenção assistencial junto dos segmentos da população mais desfavorecida e dos territórios mais carenciados. Esta intervenção generalizou-se e difundiu-se, embora em diversas modalidades e intensidades geograficamente díspares, em quase todos os países desenvolvidos. Tornou-se popular a expressão *welfare state* para designar a orientação da política estatal em que o poder organizado se emprega deliberadamente para modificar o movimento das forças de mercado em pelo menos três direcções: garantindo aos indivíduos e às famílias um rendimento mínimo; reduzindo o grau de insegurança e colocando os indivíduos e as famílias em condições de enfrentar determinadas contingências sociais (por exemplo, a doença, a velhice, o desemprego), que, de contrário, conduziriam as crises individuais e familiares; assegurando que sejam oferecidos a todos os cidadãos os melhores padrões possíveis a uma gama moderada dos serviços sociais (Mela, 1999).

As políticas keynesianas acompanharam e estimularam a urbanização fordista e o desenvolvimento regional, desenvolvendo uma cidade do “bem-estar” (do *welfare state*), de forma a assegurar o pacto fordista entre patronato e assalariados, de maneira a que a ordem social se mantivesse e o sistema capitalista se reproduzisse. Tal era conseguido através do estímulo estatal à economia por via do financiamento público dos equipamentos coletivos e da habitação social e favorecendo a industrialização das actividades de construção e de obras públicas através de

encomendas maciças e repetitivas, estratégias que suportavam a infraestruturização do território português, materializando na paisagem capital fixo sob a forma de ambiente construído, essencial à acumulação e reprodução capitalistas. No entanto, esta forma de produzir o espaço regional e toda a coerência fordista estão, desde há umas décadas, em crise (Ascher, 1998).

O fim, debilitação ou a reformulação inevitável do Estado de Bem-Estar Social passaram a ser alardeados com intensidade redobrada, tanto no mundo político, como no académico, na esteira do impacto da crise do petróleo da primeira metade da década de 70. Nas três últimas décadas, a designada crise do Estado-Providência tem sido objeto de análise de um número crescente de estudiosos, das mais diversas áreas científicas. Os principais sintomas detetados foram-no logo na década de 50, quando o suposto impacto inflacionário dos gastos sociais era reconhecido como obstáculo ao crescimento económico. Estes ataques eram oriundos da direita e de alguns economistas preocupados com a perspectiva da rápida expansão do setor público asfixiar o funcionamento do mercado (Giddens, 1999; Callinicos, 2002).

Todavia, os primeiros efetivos sintomas da crise do *welfare state* começaram a manifestar-se por volta de meados dos anos 70. A partir de então, a gradual desagregação do modelo predominante de intervenção pública fez-se paralelamente à superação do fordismo pelo pós-fordismo, tornando cada vez mais difícil para o Estado reunir os recursos necessários para garantir a intervenção da despesa pública ao mesmo ritmo que se atingira em anos anteriores (Mela, 1999; Pimenta de Faria, 2002; Rossi e Vanolo, 2012).

As tendências de transformação territorial no âmbito dos processos de globalização e integração global do espaço regional remetem para um tempo reflexo, causa e efeito da transformação das lógicas decisórias próprias de um período socio-económico, político e cultural que terminou e de novas formas de relação entre Sociedade, Economia, Estado e Território que entretanto começam a emergir. A racionalidade fordista ancora-se no conceito de trabalho divisível em porções de tempo dissociadas, ainda que espacialmente contíguas, pelo que este racional assentava na conquista dos mercados através de uma expansão temporal sobre um espaço regional relativamente linear ou de vários progressivamente articulados, mas sempre em contiguidade física. O desenvolvimento fordista do território implicava o ideal da expansão, do avanço de uma fronteira (quase no sentido de colonização de novos territórios adjacentes), mas cujo sinal mais visível é a expansão partir de um centro de poder, que se difunde, ao mesmo tempo que polariza o espaço circundante, procurando adequá-lo à lógica espacio-temporal desta visão expansionista. Simultaneamente, a lógica espacial do modelo fordista, para além de assentar no pacto social entre classe dominante e classe dominada, no desenvolvimento de polaridades de crescimento e, por conseguinte, numa redistribuição do excedente

por todo o espaço regional², implica um uso diferenciado do espaço-tempo, sobretudo através da divisão espacial do trabalho, sendo que em todos os casos emerge uma lógica desenvolvimentista-expansionista do espaço regional (Massey, 1984; Nicolas, 1994).

A crise do capitalismo fordista e o surgimento do paradigma flexível da acumulação de capital e da organização espacial do tecido económico desencadearam mudanças profundas nas tendências que regeram os processos de produção e organização do espaço durante o desenvolvimento da experiência fordista, alterando o processo de segmentação da produção industrial e as condições de desenvolvimento à escala regional, com incidências importantes na divisão espacial do trabalho. As necessidades estruturais do fordismo terminal e as possibilidades de fragmentação do processo produtivo através da introdução de novas tecnologias de produção, circulação e processamento de informação, assim como certo auge nos anos 70 e parte da década seguinte de âmbitos amplamente favoráveis à radicação de capital em áreas periféricas (tanto nos países centrais como nos periféricos), seriam os elementos causais de certa tendência à dispersão espacial dos meios de produção e da força de trabalho, configurando uma organização espacial mais fragmentada e aleatória. Tanto em escala nacional como global, o processo de reestruturação produtiva saldou-se na desindustrialização (em termos relativos ou absolutos) das áreas industriais tradicionais e o surgimento ou revitalização de áreas de escasso desenvolvimento industrial fordista (Castells, 1985; Harvey, 1989; Soja, 1989, 1994; Lema, 1992).

A nível internacional, a funcionalidade que com as novas tecnologias favorecem as possibilidades de deslocalização e/ou realocação, determinou o declínio das áreas que se estruturaram a partir do modelo fordista e a aquisição de vantagens comparativas para as regiões onde o fordismo não incidiu de maneira significativa. O regime de acumulação fordista gerara sistemas económicos e territoriais bastante rígidos, semifechados ou semi-autónomos, onde as possibilidades de cooperação e associação no espaço estavam reduzidas a uma expressão mínima, mesmo dentro do território de uma mesma formação sócio-espacial (Schonberger, 1988; Harvey, 1989; Oberhauser, 1990; Benko, 1994; Neves, 1994; Rossi e Vanolo, 2012). A etapa final do modelo fordista e a sua ulterior substituição pelo regime de acumulação flexível tende, em compensação, a gerar sistemas económicos nacionais mais abertos e interdependentes, do que se infere a

² É a conhecida teoria dos pólos de crescimento, desenvolvida por François Perroux em 1955, que prevê que o crescimento económico não ocorre uniformemente no espaço e no tempo, pelo contrário, tende a ser geograficamente concentrado, pela aglomeração de indústrias motrizes que geram efeitos multiplicadores diversos, tais como: atração de capital, investimento e emprego. Acredita-se que a instalação destas indústrias motrizes, ao estimularem o aumento da oferta e procura de bens e serviços, acabarão por ter um efeito multiplicar na região envolvente ao pólo. Portanto, a questão fundamental da teoria dos pólos de crescimento centra-se no conceito de polarização, já que este determinará o grau de filtração dos efeitos provocados pela inserção das indústrias motrizes no sistema económico. Deste processo dependerá o crescimento económico da região (Santos, 1979; Vale, 2012).

compatibilidade e a funcionalidade acarretada por este novo modelo para a integração das cidades-metrópole ou cidades-região como pólos nodais do espaço-rede mundial.

A nível regional, o Estado apoia as ações que são direcionadas para transformar áreas potenciais da economia rural subdesenvolvida em “pólos modernos”, definidos principalmente pela acumulação de capital e pelo progresso técnico encabeçado pelas grandes empresas externas à região, ao mesmo tempo que as forças do livre mercado num ambiente competitivo de globalização sugerem menos intervenção do Estado através da estabilização macro-económica, sobretudo tendo em conta orientações da União Europeia.

À inevitável precariedade da situação laboral dos trabalhadores mais desqualificados e dos grupos sociais mais desfavorecidos, acumulou-se a desregulação em vários mercados e setores, incluindo na área do ordenamento do território, que tende a valorizar um padrão mais aleatório na produção do espaço (sub)regional e o fabrico de uma segregação territorial e de um desenvolvimento desigual cada vez mais pronunciados, inevitáveis como output de um sistema de (des)regulação cego pela necessidade de contenção de custos e despesas sociais (com os serviços coletivos), no atual contexto de crise económica (capitalista) em que Portugal se encontra mergulhado desde fins da década passada.

Ao nível do ordenamento do território, o padrão de produção do espaço (sub)regional é consequência do jogo social do mercado imobiliário pouco regulado e de processos especulativos de valorização capitalista do território, sendo que não deixa de ser altamente questionado por forças políticas (algumas partidárias) mais contestatárias e movimentos sociais (incluindo as próprias assembleias de freguesia e/ou de município). Neste caso concreto, é interessante perceber como a própria formulação das políticas territoriais se encontra no âmago da contradição mais evidente da nossa sociedade inerentemente capitalista: a que opõe uma produção socializada do espaço (respondendo aos objetivos culturais e sociais da sociedade civil e da maioria) à sua apropriação privada (refém de interesses de alguns particulares mais poderosos que concentram capital social e financeiro).

O governo do território orienta-se hoje, assim, por um modelo gestor (gestão estratégica importada do meio empresarial) em que o uso dos recursos públicos se faz para atrair investimento, o fornecimento dos serviços passa a fazer-se pelo mercado e pelo setor privado e são valorizadas as parcerias público-privadas, o que lhe empresta um cunho verdadeiramente empresarialista, na medida em que replica o mero exercício técnico de administração e gestão económica do setor privado.

O dismantelamento das políticas de assistência e de investimento no setor público parece incutir alento à iniciativa económica dos privados, sendo que associada a esta crise do *welfare state*

está também a afirmação de intenções conservadoras, que ainda que visem a preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais; a participação das próprias populações e das autarquias locais na concretização da reorganização administrativa dos respetivos territórios; o combate ao despovoamento no interior do país com a fixação da população já existente, a modernização do tecido económico, o aumento do emprego e o crescimento económico; não deixam também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos territórios mais carenciados, funcionando como subsídio aos territórios mais ricos, entre outros agentes de produção do espaço (Banca, instituições financeiras, grandes grupos económicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.)³.

4. CRISE DO ESTADO-PROVIDÊNCIA E OFENSIVA NEOLIBERAL NO GOVERNO DO TERRITÓRIO

Um novo regime de acumulação flexível ou pós-fordista aparece, evidentemente, associado a um novo quadro regulatório, em que o Estado, pressionado simultaneamente pelas grandes empresas, por algumas organizações internacionais de carácter político-económico como a União Europeia (UE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) (alguns dos quais compuseram a *task force* da Troika)⁴, e, mais recentemente e por extensão, pelas Agências de *Rating* e por Normas Internacionais de Contabilidade; e até pelas próprias autarquias regionais e locais (segundo o princípio da subsidiariedade) assume um papel diferente, marcado pela partilha de poderes e por uma redução no intervencionismo direto. É neste sentido que a descentralização de competências e a autonomia local podem servir os interesses dos poderes neoliberais, na medida em que legitimam um discurso de desresponsabilização do Estado Central (centro) relativamente ao Poder Local (periferia). Ao Estado produtivista, regulatório e desenvolvimentista, embora com variantes consoante os países, sucedeu um Estado que procurou transferir muitos serviços para a esfera privada (transportes, habitação, redes de distribuição de comunicações e de eletricidade...), acentuando a ideia, quantas vezes aparente, de efetuar uma

³ Ver Castells, 1974; Ascher, 1998; Allen *et. al.*, 1998; Carlos, 2007; Harvey, 1989, 2001, 2003, 2005, 2006, 2011, 2012, 2014; Cochrane, 2007; Davidson e Martin, 2014; Davies e Imbroscio, 2009; Davies e Imbroscio, 2010; Strom e Mollenkopf, 2007.

⁴ A troika é formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional. Foi a troika que avaliou as contas reais de Portugal para definir as necessidades de financiamento do país.

A troika foi responsável por toda a ação de reestruturação económica do país, tendo sido também responsável por negociar as condições do resgate financeiro na Grécia, no Chipre, na Irlanda e em Portugal, assim como avaliar o seu cumprimento. A troika entrou em Portugal em Abril de 2011 (Abreu *et. al.*, 2013).

regulação mais eficaz das atividades económicas (através de legislação, de fiscalização, da instalação de comissões reguladoras do mercado bolsista, das telecomunicações, etc.).

Este mesmo Estado, que nos anos 80 e 90 foi marcado pelo quadro de referências neoliberal que ainda hoje tem um peso significativo, reforçou as lógicas competitivas de carácter territorial (Allen *et. al.*, 1998; Peixoto, 2000; Domingues, 1996; Smith, 2009; Ferrão, 2010, 2011; Vale, 2012; Rossi e Vanolo, 2012). Ao planeamento moderno e funcionalista, de visão técnico-racional, que se preocupava essencialmente com a regulação do uso e a transformação do solo, sucedeu uma nova política de ordenamento do território, muito mais orientada para o mercado – a visão neoliberal estratégico-competitiva – e, portanto, marcada pelas lógicas da promoção do consumo, da competitividade entre territórios, da desregulamentação e desconcentração administrativas ao nível das políticas públicas, da criação de incentivos à iniciativa privada, da crescente ampliação o papel dos municípios e da sociedade civil no planeamento, do protagonismo dos atores privados no processo de planeamento e de produção do espaço. Ao mesmo tempo, este tipo de planeamento longe de conseguir eliminar certos vícios do ordenamento do território, parece ter agravado obstáculos ao prosseguimento de uma verdadeira política de justiça espacial e de coesão social e territorial, tais como: a seletividade do acesso ao solo, a crescente irregularidade fundiária, a manutenção de uma visão fragmentada do território, a valorização desigual do solo promovida por práticas especulativas imobiliárias e fundiárias abusivas, a apropriação privada de investimentos/recursos públicos e socialização dos custos das intervenções no território.

Esta visão do planeamento e da política do território surgiu no âmbito das correntes político-intelectuais ultraliberais dos anos 80 que argumentavam ser mais eficiente e favorável a intervenção do mercado na produção do espaço. Os defensores do paradigma neoliberal no planeamento territorial criticavam as abordagens excessivamente intervencionistas, racionalistas e rígidas por parte do Estado, alegando funcionar como obstáculo ao investimento do setor privado, condicionando, conseqüentemente, a competitividade dos próprios territórios na economia global (ver quadro 1) (Alves, 2007; Cardoso, 2008; Ferrão, 2010, 2011).

Quadro 1 – As três culturas de ordenamento do território

| Paradigma | Finalidade | Flexibilização | Atores privados |
|---|--|---|---|
| Visão moderna (técnico-racional) | Regulação do uso e transformação do solo | Planos rígidos – inexistência de mecanismos de flexibilização | Papel reduzido sistemas de controlo e comando estatal |
| Visão neoliberal (estratégico-competitiva) | Visão estratégica a favor da competitividade territorial | Casuística – em favor de interesses particulares | Papel facilitador do Estado; centralidade dos atores privados |

| | | | |
|--|---|--|--|
| Visão neo-moderna (estratégico- colaborativa) | Intervenção integrada e estratégica a partir de uma agenda partilhada | Inclusiva e com regras pré-definidas (diversidade, imprevisibilidade) | Planeamento colaborativo e governança de base territorial |
|--|---|--|--|

Fonte: Ferrão, João (2010: 4).

No caso das cidades, as administrações centrais, fundamentalmente as de direita, procuram uma redução gradual dos poderes executivos de todo o setor público, tentando transferir para o setor privado todos aqueles que não tinham necessidade absoluta de ser pelo Estado executados. A maior parte dos governos urbanos assumem posições neoliberais, partindo da convicção de que o investimento privado, quando fomentado pelo mercado, gera emprego e riqueza, produz diretamente bem-estar social na cidade.

À escala regional, as políticas de ordenamento do território surgem como um dos principais instrumentos para promover a região como porta de entrada e atracção de capital privado internacional. Reconhece-se nas regiões abandonadas ou em processo de declínio, áreas oportunidade, para atrair investimento privado e garantir a reprodução de capital. As políticas acionadas pelos “governos regionais” evidenciam-se pelo protagonismo conferido ao marketing territorial na gestão estratégica da imagem do território, de forma a levar a que cada região se diferencie das outras, valorizando-se e projectando-se no contexto internacional, atraindo o investimento desejado (Smith, 1984, 2005).

À semelhança do que se passa com o espaço urbano, a promoção da região passa, neste contexto mais recente, por dois tipos de estratégia: a de exploração de existência de uma base económica forte, inovadora e com potencial de internacionalização; e a de aposta num determinado evento de projecção supranacional. Na concretização destas estratégias afigura-se imprescindível o recurso a fundos de desenvolvimento regional que conciliem financiamento público e privado, principalmente através dos projectos de *flagship development*, apostando na recuperação das frentes ribeirinhas, na criação de pólos tecnológicos e de serviços, parques temáticos, complexos industriais, ou de congressos e exposições ou então em grandes operações urbanísticas, sustentadas ou não, por acontecimentos de projecção internacional (Smith, 2012).

Assim, há que considerar os últimos desenvolvimentos do espaço regional à luz das grandes transformações introduzidas pela globalização. As regiões são cada vez mais espaços de articulação entre o plano local e o global, cruzando uma grande diversidade de escalas, desde o local, passando pelo nacional e podendo até estar mais diretamente vinculadas aos circuitos globais. As novas condições de competitividade inter-regional implicam uma conceção de região que se redefine sob o signo das relações que se dão perante o Estado-nação quanto perante os circuitos da globalização. Com

o afrouxamento do Estado-Nação emergem “economias regionais” que estabelecem um novo padrão ótimo de áreas geográficas capazes de atender com maior vantagem aos requisitos de um capitalismo globalizado e com eficácia garantem a reprodução da dinâmica económica global. Esta é uma premissa recorrente na obra lapidar de muitos autores que durante anos recentes se debruçaram sobre esta problemática⁵. Estes são factos que colocam em evidência novas formas de articulação espacial, e que comprovam que o espaço (sub)regional é produto da interconexão de processos em diferentes escalas, processos que não são necessariamente complementares, podendo até ser antagónicos, manifestando uma nova lógica das relações global-local, subjacente à discussão sobre os processos de diferenciação e igualização (ou de heterogeneização e homogeneização), recorrente na temática da globalização:

Muitos autores vêm, de forma simplista, o global associado com processos de totalização, de generalização / universalização, e o local com processos de fragmentação, de particularização / singularização, como se o global fosse o locus da homogeneização e o local o da heterogeneização. Vários outros estudiosos mostraram que a questão é muito mais complexa. Robertson (1995) chegou mesmo a propor o termo “glocalização”, considerado mais coerente para dar conta dessa relação. A luta entre uma face homogeneizadora e uma face heterogeneizadora demonstra que processos globais “implantam-se” no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode globalizar-se na medida em que expande pelo mundo determinadas características locais. No primeiro caso ocorre uma dinâmica no sentido global-local, mas sem que o local seja um simples reflexo do global, pois ele impõe condições para a realização da globalização. No segundo caso, o local produz a diversidade no âmbito global, complexificando as características que marcam a globalização (Haesbaert, 1999: 25).

Este excerto demonstra-nos muito eloquentemente como no âmbito de uma economia capitalista global, cada porção da superfície terrestre não é mais autónoma mas dependente, em maior ou menor grau, de processos globais, gerais e universais, cujo controlo lhe escapa. A espacialidade capitalista é hoje crescentemente complexa, fragmentada, mas também articulada. Fragmentação e articulação, como vimos, são dois conceitos interligados e essenciais à compreensão dos impactos que a globalização produziu nos territórios regionais. A fragmentação exprime-se na divisão espacial do trabalho à escala mundial, que se caracteriza por especializações produtivas, mas também por outras características sociais, culturais e políticas que são espacialmente variáveis. Cada região tem, a cada momento, um papel próprio, em virtude das suas diferentes valências e recursos, no processo produtivo, seja na produção propriamente dita, na circulação, distribuição e consumo. A cada momento histórico, cada região muda o seu papel e a sua posição no sistema temporal e espacial que é

⁵ Ver Santos, 1978, 1979, 1982, 1985, 1990, 1994; Corrêa, 1997; Gomes, 1995; Benko, 1999; Haesbaert, 1999, 2004, 2005, 2010, 2013.

a economia global, pelo que a cada momento igualmente, o seu valor deve ser tomado na relação com as demais regiões do sistema global, no seu todo. A articulação, por seu turno, desenvolve-se através da multiplicidade cada vez mais intensa de fluxos materiais e imateriais que percorrem o sistema, integrando pontos, áreas e regiões diversas (Corrêa, 1997; Gomes, 1995).

À guisa de conclusão, gostaríamos de deixar como síntese deste primeiro artigo a ideia de que a presente reforma da administração territorial portuguesa, que estudaremos melhor nos próximos artigos, revela uma das facetas mais evidentes do processo de neoliberalização a nível mundial: a da reorganização geoinstitucional dos territórios, em resposta às novas condições territoriais acarretadas pela globalização e pela compressão espaço-temporal correspondente. A reforma do território, vigente desde Junho de 2011, que visa propiciar uma administração pública mais eficaz e eficiente, mediante a racionalização dos recursos públicos e através de uma suposta descentralização, aprofundamento do municipalismo e do associativismo municipal, e ainda promoção da coesão e competitividade territorial através da reorganização do poder local; na verdade trata-se de uma tentativa de resposta do governo português à crise a que o Estado-Providência tem sido sujeito, no âmbito de uma ofensiva neoliberal que tem assolado, não só, mas também, o governo do território. Assim, ao mesmo tempo que se assiste a uma transição de paradigma socio-económico do Fordismo para o Pós-Fordismo, observa-se, simultaneamente, ao nível da gestão, planeamento, administração e produção do território, uma mudança de um paradigma moderno e funcionalista, de visão técnico-racional, que se preocupava essencialmente com a regulação do uso e a transformação do solo, para outro paradigma de política de ordenamento do território, neoliberal estratégico-competitivo, muito mais orientado para o mercado e iniciativa privada, para lógicas de promoção do consumo, de competitividade entre territórios, e de descentralização e privatização administrativas ao nível das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alexandre; Mendes, Hugo; Rodrigues, João; Gusmão, José; Serra, Nuno; Teles, Nuno; Alves, Pedro; Mamede, Ricardo (2013) *A*

Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes. Lisboa: Tinta da China.

- Allen, John; Massey, Doreen; Cochrane, Allan (1998) *Rethinking the region. Spaces of Neo-Liberalism*. Nova Iorque: Routledge.
- Alves, Rui (2007) *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território no Estado Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Ascher, François (1998) *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Baixinho, António (2014) *Refundação do Estado: (Con)Sentidos e Implicações Sociais do Manto Atmosférico Neoliberal*. Lisboa: Chiado Editora.
- Benko, Georges (1994) “Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização. Breve exame do mundo pós-moderno”, em M. Santos, M. Adélia de Souza e M. Laura Silveira (Org) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 247-250.
- Benko, Georges (1999) *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta Editora.
- Bilhim, João (2004) *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Borja, Jordi; Castells, Manuel (1997) *Local y Global*. Madrid: Taurus.
- Callinicos, Alex (2002) *Contra a Terceira Via. Uma Crítica Anticapitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, Ricardo (2008) “Quem sou eu, o planeador do território? Práticas insurgentes no planeamento”. *E-Cadernos CES*, 1, 199-218.
- Carlos, Ana Fani (2007) *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições.
- Castells, Manuel (1974) *Monopolville. L'Entreprise, l'Etat et l'Urbain*. Paris: Mouton.
- Castells, Manuel (1985) “Mudança tecnológica, reestruturação económica e a nova divisão espacial do trabalho”. *Sociedade e Território*, 3, 112-121.
- Cochrane, Allan (2007) *Understanding Urban Policy: A Critical Approach*. Oxford: Blackwell.
- Corrêa, Roberto Lobato (1997) *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Davidson, Mark; Martin, Deborah (2014) *Urban Politics. Critical Approaches*. Londres: Sage.
- Davies, Jonathan; Imbroscio, David (2009) *Theories of Urban Politics*. Londres: Sage.
- Davies, Jonathan; Imbroscio, David (2010) *Critical Urban Studies: New Directions*. Nova Iorque: State University of New York.
- Domingues, Álvaro (1996) “Política urbana e competitividade”. *Sociedade e Território*, 23, 31-42.
- Ferrão, João (2010) “Ordenamento do Território: o lugar do poder local”. *Conferência “Projecto In Loco 21”*, Cascais.
- Ferrão, João (2011) *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fonseca Ferreira, António (2005) *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Francisco, Daniel (2007) “Territórios chamados desejo: Da largueza dos conceitos à

- contenção das experiências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77, 165-199.
- Gaspar, Jorge (2010) “As infra-estruturas do território como factor de desenvolvimento económico e social”. [<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000044001-000045000/000044413.pdf>, consultado a 10 de Agosto de 2014].
- Giddens, Anthony (1999) *Para uma Terceira Via. A Renovação da Social-Democracia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomes, Paulo (1995) “O conceito de região e sua discussão”, em I. Elias de Castro, P. Gomes e R. L. Corrêa (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 49-76.
- Haesbaert, Rogério (1999) “Região, diversidade territorial e globalização”. *Geographia*, vol.1, nº.1, 15-39.
- Haesbaert, Rogério (2004) *O Mito da Desterritorialização. Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2010) *Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (Org.) (2013) *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Haesbaert, Rogério; Porto-Gonçalves, Carlos (2005) *A Nova Des-Ordem Mundial*. São Paulo: UNESP.
- Harvey, David (1989) *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, David (2001) *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*. Londres: Routledge.
- Harvey, David (2003) *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, David (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, David (2006) *Spaces of Global Capitalism. Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. Londres: Verso.
- Harvey, David (2011) *Le Capitalisme Contre le Droit à la Ville: Néolibéralisme, Urbanisation, Résistances*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Harvey, David (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso.
- Harvey, David (2014) *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Lema, Paula (1992) “Políticas Regionais e Locais do Fordismo ao Pós-Fordismo”. Em *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Universidade do Porto, 537-544.
- Madeira, Miguel (2011) *A Governança Municipal. Os Desafios da Gestão Local nas Modernas Democracias*. Lisboa: Edições Colibri.
- Marques, Ana (2012) “(Re)inscrições territoriais da Administração Local: Desafios de Governação”, em A. Marques e R. Moreira

- (Org.) *Governança e Territorialidades. Lógicas e Práticas na Administração Local*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 71-94.
- Massey, Doreen (1984) *Spatial Divisions of Labor: Social Structures and The Geography of Production*. Nova Iorque: Methuen.
- Mela, Alfredo (1999) *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mota, Arlindo (2005) *Governo Local, Participação e Cidadania*. Lisboa: Vega.
- Neves, Gerváseo (1994) "Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)", em M. Santos, M. Adélia de Souza e M. Laura Silveira (Org) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 270-272.
- Nicolas, Daniel (1994) "Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?", em M. Santos, M. Adélia de Souza e M. Laura Silveira (Org) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 85-101.
- Oberhauser, Annm (1990) "Social and spatial patterns under fordism and flexible accumulation". *Antipode*, vol.22, nº.3, 211-232.
- Peixoto, Paulo (2000) "A gestão estratégica da imagem das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.
- Pimenta de Faria, Carlos (2002) "Novos capítulos da crónica de uma morte sempre anunciada ou a crise do "welfare state" revisitada". *Teoria & Sociedade*, 9, 202-229.
- Rodrigues, Carlos (2011) *Governança de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Rossi, Ugo; Vanolo, Alberto (2012) *Urban Political Geographies: A Global Perspective*. Londres: Sage.
- Santos, Milton (1978) *Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton (1979) *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton (1982) *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton (1985) *Espaço e Método*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton (1990) *Metrópole Corporativa Fragmentada. O Caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, Secretaria de Estado da Cultura.
- Santos, Milton (1994) *Por uma Economia Política da Cidade. O Caso de São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, Milton (2000) *Por uma outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. São Paulo: Record.
- Sassen, Saskia (1991) *The Global City. New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Schonberger, Erica (1988) "From fordism to flexible accumulation: Technology, competitive strategies and international

- location". *Environment and Planning D, Society and Space*, vol. 6, nº.3, 245-262.
- Smith, Neil (1984) *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Smith, Neil (2005) *The Endgame of Globalization*. Londres: Routledge.
- Smith, Neil (Org.) (2009) *Después del Neoliberalismo: Ciudades y Caos Sistémico*. Barcelona: ContraTextos.
- Smith, Andrew (2012) *Events and Urban Regeneration: The Strategic Use of Events to Revitalise Cities*. Londres: Routledge.
- Soja, Edward (1989) *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso.
- Soja, Edward (1994) "O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA.: virando Los Angeles pelo avesso", em M. Santos, M. Adélia de Souza e M. Laura Silveira (Org) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 154-168.
- Spósito, Maria Encarnação (1998) "A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana". *Revista Território*, 4, 27-37.
- Strom, Elizabeth; Mollenkopf, John (2007) *The Urban Politics Reader*. Londres: Routledge.
- Vale, Mário (2012) *Conhecimento, Inovação e Território*. Lisboa: Edições Colibri.
- Waters, Malcom (1995) *Globalization*. Londres: Routledge.